

Resultados de pesquisas sobre os (as) Egressos (as) das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil

 Mônica Castagna Molina¹

¹ Universidade de Brasília - UnB. Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Campus UnB Planaltina. Área Universitária, 01, Vila Nossa Senhora de Fátima. Planaltina - DF. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: mcastagnamolina@gmail.com

Apresentamos aos leitores da RBEC o Dossiê “*Resultados de pesquisas sobre os (as) Egressos (as) das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil*”, trazendo um precioso panorama sobre parte dos resultados alcançados pelos processos de institucionalização dessa política de formação docente.

Sua organização faz parte dos esforços de uma pesquisa em andamento, desenvolvida com o apoio do CNPq, com o objetivo principal de analisar a práxis dos(as) egressos(as) das Licenciaturas em Educação do Campo e suas contribuições na implementação de novas lógicas de Organização Escolar e do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo.

As Licenciaturas em Educação do Campo foram concebidas para garantir a formação na educação superior de educadores (as) que já atuam nas Escolas do Campo e da juventude camponesa que nelas possa vir a atuar. Construída desde o início no âmbito da contra-hegemonia, essa modalidade de formação é concebida com o protagonismo dos movimentos sociais na definição dos conteúdos de seu projeto formativo e nas intencionalidades pedagógicas e políticas, projetando um novo perfil de educadores (as).

Os cursos dos quais tratamos neste Dossiê têm como objeto a escola de Educação Básica, com ênfase na construção da Organização Escolar e do Trabalho Pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A proposta formativa da Educação do Campo tem profunda vinculação com o projeto histórico da classe trabalhadora e com o intrínseco compromisso de contribuir na construção do projeto territorial camponês, no qual é imprescindível a realização da Reforma Agrária Popular, condição estruturante da desconcentração fundiária e base da edificação de outro projeto de nação.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 6	e13419	10.20873/uftr.rbec.e13419	2021	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	---------------------------	------	-----------------



Partindo desses pressupostos e a eles articulados, o PPP das Licenciaturas em Educação do Campo foi concebido considerando um perfil para a formação docente com a articulação de três dimensões: docência por área de conhecimento, gestão de processos educativos escolares e gestão de processos educativos comunitários. A proposta formativa do curso é promover a integração desse perfil, buscando formar educadores camponeses capazes de atuar nessas diferentes dimensões.

A articulação dessas três dimensões no perfil proposto para a formação dos licenciados em Educação do Campo associa-se intrinsecamente ao papel das Escolas do Campo no atual contexto da luta de classes da sociedade brasileira, que exige profundas transformações em sua função social. A redefinição das funções sociais da escola é o ponto nevrálgico em torno do qual se desenvolvem os pressupostos dessa formação. A essência de seu Projeto Político Pedagógico está na ideia de promover processos formativos que levem os educadores a disporem dos elementos necessários para a transformação da forma escolar atual (Molina, 2017).

O Projeto Político Pedagógico das Licenciaturas em Educação do Campo foi concebido com elementos que possibilitassem a formação de um educador capaz não só de compreender, mas também de contribuir na organização de ações a partir das Escolas do Campo, a fim de fazer parte da resistência aos imensos desafios enfrentados pelos sujeitos camponeses nos últimos anos no combate à brutal desterritorialização provocada pela intensificação do agro-hidromineral negócio.

Por isso, a concepção de transformação da forma escolar concebida no Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Educação do Campo busca preparar um educador que seja capaz de promover, em suas práticas pedagógicas, a constante articulação entre escola do campo e as comunidades camponesas, entre escola e vida, ou seja, entre escola e trabalho, entre estudo e produção material da vida (Freitas, 2010).

É imprescindível destacar que, do período inicial de elaboração do PPP das licenciaturas e da primeira fase de sua implementação – das experiências-piloto, em 2007, ao Edital de 2012, início de sua grande expansão (Molina, 2015; Molina & Hage, 2019) – até o presente período em 2021, de desmonte da Educação Pública e de profundo ataque à Educação Superior, a correlação de forças é muito mais desfavorável à classe trabalhadora (Frigotto, 2020; Freitas, 2020), com os dados dos conflitos indicando um brutal aumento da violência no campo, com acelerada ampliação de despejos em áreas ocupadas, assassinatos e expulsão de comunidades indígenas e quilombolas. O recrudescimento da luta de classes na

sociedade brasileira, e em especial, no campo, atinge profundamente todas as conquistas do Movimento Nacional da Educação do Campo, e dentre elas, o próprio direito à educação do campesinato, em todos os níveis.

A partir de tais desafios e compreendendo a importância dessa política de formação docente, objetivando construir um quadro capaz de trazer elementos de sua execução em todo o país, selecionamos artigos que expõem os resultados de pesquisas sobre os (as) licenciados (as) de quinze universidades distribuídas nas cinco regiões brasileiras, cujas ofertas trazem as áreas de habilitação do curso: Linguagens (Linguística, Literatura, Teatro, Artes Visuais e Música); Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Agrárias; Ciências Humanas e Sociais.

Estão presentes neste Dossiê pesquisas sobre egressos (as) das Licenciaturas em Educação do Campo das seguintes universidades federais: Roraima; Pará - Campus Altamira; Sul e Sudeste do Pará - Campus de Marabá; Tocantins - Campus de Arraias; Campina Grande - Campus Sumé; Piauí (nos 4 *campi* que têm as licenciaturas); Bahia; Recôncavo Baiano - Campus Feira de Santana; Brasília - Campus Planaltina; Goiás; Catalão; Minas Gerais; Santa Catarina; Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre. Há uma pesquisa sobre licenciados (as) de uma universidade estadual, a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus de Itaberaba.

Essas pesquisas, resultantes de trabalhos de mestrado, de doutorado, de investigações sobre egressos (as) financiadas pelo CNPq e ainda alguns estudos específicos produzidos para serem submetidos a este Dossiê, revelam algo ao mesmo tempo imensamente animador e inquietante. Históricos e significativos passos já foram dados, porém ainda são grandes os entraves a serem superados para a consolidação dessa política pública de formação docente.

As pesquisas selecionadas tratam de várias dimensões do Projeto Político Pedagógico das licenciaturas, porém com ênfases diferentes, sendo todas igualmente importantes para a compreensão de como ocorre a práxis dos (as) egressos (as) na materialização dos principais elementos do PPP.

Desse modo, no corpo do Dossiê encontram-se pesquisas que trazem dados concretos sobre a inserção de licenciados (as) dos cursos no trabalho docente, sendo desse grupo o maior número de artigos selecionados que abordam categorias fundamentais à execução do perfil formativo proposto. Entre tais categorias se sobressaem as seguintes: a percepção de como se desencadeia ou não a transformação da forma escolar a partir da prática docente desses sujeitos; em que medida eles têm sido capazes de incorporar o trabalho como princípio educativo em suas práticas; como se tem desenvolvido ou não o trabalho interdisciplinar e em

que medida ele tem avançado na organização pedagógica das Escolas do Campo a partir das áreas do conhecimento; como aparece o trabalho coletivo nessas unidades escolares a partir da ação de formados (as) nos cursos de Educação do Campo; qual o protagonismo que eles têm conseguido garantir aos movimentos sociais e sindicais do campo; de que maneira aparece a cultura como matriz formativa nas suas práticas pedagógicas; quais os tempos e espaços educativos que egressos (as) têm dedicado à promoção da auto-organização dos (as) estudantes.

Na sequência, encontramos outro conjunto de artigos que deram maior ênfase à pesquisa sobre a colocação dos (as) licenciados (as) nas outras dimensões propostas pelo perfil de formação docente das licenciaturas, abordando a sua inserção nos processos de Gestão Educativa Escolar e Gestão Educativa Comunitária, com importante foco na relação desses sujeitos com o desenvolvimento dos territórios camponeses nos quais essas formas de gestão ocorrem.

Como parte desta apresentação, buscamos trazer ao leitor chaves de leitura de questões centrais que consideramos abordadas pelos artigos, indicando instigantes temas para a continuidade das pesquisas, bem como para a agenda de lutas políticas do Movimento Nacional de Educação do Campo. Assim, importa destacar que os quinze trabalhos trazem aos leitores resultados de pesquisas qualitativas que se valeram de um diversificado conjunto de instrumentos para a geração dos dados ora expostos, entre os quais se sobressaem, além da pesquisa documental, a majoritária presença de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e rodas de conversa. São estratégias que se revelam coerentes com os princípios que vêm sendo construídos na Educação do Campo, tratando camponeses (as), nas pesquisas que se desenvolvem sob sua égide, como sujeitos da produção do conhecimento e não como meros objetos de pesquisa. Nessa direção, é rico sobrelevar o protagonismo que a voz dos (as) próprios (as) egressos (as) tem nos trabalhos aqui trazidos.

Além disso, consideramos ser necessário salientar que várias pesquisas desenvolveram amiúde o acompanhamento desses (as) docentes em sala de aula, observando por extensos períodos não só suas práticas educativas, mas também seus processos de organização; planejamento e elaboração dos planos de ensino; estratégias de avaliação; relação com outros educadores e direção, etc.

Pode-se afirmar que uma das maiores potencialidades que as pesquisas revelam é que, de fato, as Licenciaturas em Educação do Campo têm sido capazes de dar efetivas contribuições à inclusão de uma ampla diversidade de sujeitos camponeses na educação

superior no Brasil. A respeito de quem são os sujeitos que se formam nesses cursos, os resultados das pesquisas aqui reunidas ratificam uma de suas maiores contribuições: a Educação do Campo é também das Águas, das Florestas, de ribeirinhos, de quilombolas, de extrativistas, de pescadores (as), das comunidades dos fundos de pasto, de coletores (as) de açai, das quebradeiras de coco, dos povos do Cariri paraibano, de grazeiros (as), de cerratenses, dos povos dos pampas, bem como dos povos indígenas de diferentes etnias que têm ingressado em algumas licenciaturas.

A maioria das pesquisas incluídas neste Dossiê traz avaliações positivas em relação à qualidade da inserção de egressos (as) nas redes públicas de ensino quando se trata de analisar a sua prática docente, porém identificam-se barreiras no que diz respeito à sua quantidade, ponto que será abordado mais à frente.

Os estudos ora socializados que, através de diferentes instrumentos de pesquisa analisaram a atuação de licenciados em sala de aula, indicam avanços consideráveis na apropriação de princípios da Educação do Campo nesse trabalho docente: esses (as) docentes têm-se desafiado a buscar formas de trazer a realidade de seus educandos para os planos de ensino e têm desenvolvido metodologias participativas procurando envolver e ampliar o protagonismo dos (as) educandos (as) e da própria comunidade, como mostram, por exemplo, os trabalhos da UFMG, da UFCG, da UNEB, da UnB, além de outras instituições.

O artigo produzido a partir da tese de doutorado realizada na USP, que analisou a práxis de egressas da UFMG tendo como foco um dos objetivos centrais do projeto formativo construído pelas Licenciaturas em Educação do Campo, conclui que os

... resultados revelam movimentos significativos de mudanças na forma escolar, desencadeados pelas egressas e pelas escolas em que atuam. As escolas desenvolvem projetos que permitem inserir o educando em seu meio, com vistas a criticá-lo, compreender as relações sociais, culturais e de trabalho e, assim, mirar em uma educação omnilateral.

Os artigos que pesquisaram as práticas docentes de licenciadas de Altamira e Marabá encontraram nessas práticas importantes pontos de resistência e transgressão à lógica hegemônica das escolas, com as docentes pesquisadas buscando desenvolver ações efetivamente transformadoras, indicando que há sim um relevante processo de mudança em andamento. Elas desenvolvem ações formativas mais participativas e dialógicas que buscam produzir concretos diálogos com as condições de vida das crianças e da juventude camponesa que estão a educar.

Todavia, é preciso acrescentar que essas mesmas pesquisas ressaltam que seria ingenuidade imaginar que os limites estruturais impostos pelo próprio sistema público não dariam fortes contornos a tais mudanças, lembrando que “o modo rígido com que a educação como um todo se organiza continua enquadrando/limitando as iniciativas” (UNIFESSPA). Dito de outro modo, como expressa a investigação sobre as egressas da UFGA, Campus de Altamira,

Seria inocência a compreensão de que as professoras formadas pelo viés ideológico da Educação do Campo, uma vez lançadas em campo de atuação docente (dentro de muitos lugares, a sala de aula), não deveriam se utilizar mais de táticas e somente de estratégias autônomas, como se, das agentes, pudessem surgir uma prática que não levasse em conta as condições materiais em que elas se situam.

Afirmamos que sim, as condições materiais onde se inserem esses (as) educadores (as) recém-formados (as) impõem graves limites, fazendo com que, além de todos os desafios que o local por si só já oferece, enfrentem outros ainda maiores, propostos pelos paradigmas da Educação do Campo e da Escola do Campo que almejam construir.

Ainda em relação à inserção de egressos (as) nas Escolas do Campo, observa-se outra recorrência: eles (as) vêm atuando não só nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, função para a qual o curso os (as) prepara. Nas várias regiões pesquisadas, tem-se a presença de licenciados (as) trabalhando na docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais. Vários artigos relatam a sua atuação nas turmas de EJA, como observado nas pesquisas da UFCG e da UNEB. O texto desta segunda IES ressalta: “Chama-nos a atenção que esta atuação está se dando com pessoas oriundas de comunidades camponesas, com pessoas que foram excluídas do tempo regular de sua escolarização, por exemplo, a modalidade EJA”.

É interessante distinguir que, em outra dimensão avaliativa de enorme importância, que é a autoavaliação desses (as) licenciados (as) sobre seu trabalho como docentes nas Escolas do Campo, foram encontrados resultados significativos condizentes com os principais elementos propostos pelo PPP do curso, como destacado na pesquisa da UFCG. Ao serem instigados a examinar seu próprio trabalho docente, “os egressos avaliam que estão conseguindo realizar mudanças nas escolas e responderam positivamente à questão da interdisciplinaridade, um princípio adotado pela formação por área de conhecimento”, trazendo como grande destaque a incorporação e a promoção do trabalho coletivo em suas práticas pedagógicas.

A referência à capacidade dos (as) próprios (as) e egressos (as) de promoverem ações interdisciplinares (Frigotto, 2008) é um achado altamente positivo, pois diz respeito a uma das maiores intencionalidades do próprio curso, que busca ofertar a formação por área de conhecimento. Essa estratégia formativa foi concebida para oferecer subsídios aos (às) futuros (as) docentes do campo para que promovam práticas pedagógicas que contribuam com a superação da fragmentação do conhecimento, que conduzam seus (suas) educandos (as) a uma leitura mais completa da realidade, enxergando nela os conhecimentos científicos que lhes podem ser úteis para um entendimento mais abrangente de seu contexto e das ações necessárias à sua transformação.

Nessa direção, é muito animadora a autoavaliação dos (as) licenciados (as) da UFCG quanto à própria capacidade de internalizarem a interdisciplinaridade em sua ação pedagógica, como também são excelentes as falas trazidas pelos (as) docentes de Educação do Campo formados (as) pela UFRGS, que expõem a significância dessa estratégia formativa por áreas de conhecimento, apesar de todas as dificuldades e superações que simultaneamente impõem aos (às) docentes formadores (as). Vejamos extratos das falas de um licenciado e uma licenciada da UFRGS, que demonstram a potencialidade da formação por área e o papel das Ciências da Natureza, explicitando o quanto avançaram na compreensão da intencionalidade do curso em promovê-la. Esclarecemos que o pesquisador identificou o entrevistado e a entrevistada com nomes de pássaros de sua região, para terem suas identidades preservadas.

Por exemplo: nós fizemos queijo na aula... Então, todas aquelas relações que têm a partir dali, tanto nos processos de como aquele leite vai virar queijo quanto nos processos de quem é que produz queijo aqui na minha comunidade? Como é que ele vende? Fazer todas essas relações, mostrar pras crianças desde a produção, o transporte, a reação química e física que acontece ali; a matemática: o quanto que aquele produtor precisa produzir para realmente ser rentável, ou não é rentável, as dificuldades. O que é aquele alimento? (João-de-Barro).

Hoje eu vejo que [a interdisciplinaridade] é bem mais... não precisa chamar só o professor de outra disciplina para acontecer, tu pode trabalhar isso com outros espaços no entorno da Comunidade, como por exemplo, nos meus estágios, eu trabalhei com o pessoal do posto de saúde, isso era uma atividade que envolve a outras disciplinas. Trabalhei com o pessoal da colônia dos pescadores, na aldeia indígena, trabalhei com as lideranças que envolvem questões de cura que é a Pajé, então eu consegui ver que não é só tu convidar um colega para trabalhar e fazer um projeto, é muito além (Caturrita).

Embora as pesquisas indiquem que efetivamente há um relevante processo de mudança em andamento, existe ainda um largo conjunto de questões a ser superado para mudanças mais permanentes e duradouras serem instauradas no que diz respeito à inserção

dos egressos das Licenciaturas em Educação do Campo nas escolas, sobretudo em se tratando do quantitativo dessa inserção, conforme já exposto anteriormente. Sem dúvida, esse é um ponto nevrálgico a ser superado com muita luta e organização política coletiva.

Entre os principais pontos comuns que se pode ressaltar das investigações sobre docentes formados (as) pelas Licenciaturas em Educação do Campo, estão as grandes dificuldades enfrentadas por eles (as) para sua incorporação definitiva às redes públicas de ensino, questão abordada em quase todos os artigos e trazida ainda com maior ênfase nas pesquisas da UFSC, da UFRB, da UFCG, da UFT e de algumas outras. Fatores de diferentes ordens integram o leque de tais dificuldades.

Há fatores estruturais, como a própria ausência do Estado na garantia do direito à educação dos sujeitos camponeses, o que resulta na mínima oferta de Escolas do Campo para a sua colocação, com o agravante de que, com a pouca oferta de unidades escolares no campo, as oportunidades não são para concursos permanentes, uma vez que ainda não há um sistema público de educação consolidado no campo, sendo a maior parte para vagas temporárias. Soma-se a isso o gravíssimo processo de fechamento de Escolas do Campo, cuja intensificação tem-se dado de forma avassaladora na última década, fenômeno recorrente em todo o território nacional.

Existem fatores de ordem política, como a recusa da aceitação dos diplomas de formados (as) nessas Licenciaturas em função da habilitação por área do conhecimento. De acordo com o texto da UFRR, para a “maioria dos entrevistados a falta de reconhecimento do curso pelas entidades governamentais compromete as vagas em seletivas e concursos públicos”. Sem dúvida, esse tem sido um dos grandes limites encontrados por egressos (as): as redes públicas ainda mantêm estratégias de seleção nos seus concursos majoritariamente disciplinares, havendo inúmeros casos de licenciados (as) que, embora consigam aprovação nos concursos, não conseguem tomar posse por causa da recusa de seus diplomas pelas Secretarias de Educação que os realizam.

Diferentes artigos relatam as lutas jurídicas e políticas travadas por egressos (as), na maior parte das vezes com grande apoio dos cursos onde se formaram, para conseguirem reverter mais esse profundo sinal de discriminação e preconceito em relação ao campo. Recusam docentes legitimamente formados (as) com o suporte de uma política pública oficialmente instituída, regulamentada e com marcos legais consolidados.

Entre os artigos que tratam dessa problemática, está o belo texto produzido pelos próprios (as) egressos (as) da UFRB, que se propuseram a escrever para este Dossiê

abordando, entre outros relevantes pontos, as superações que têm enfrentado para a sua inserção nas redes. Em seu artigo, apontam com clareza e coerência que um dos caminhos para a superação desse entrave passa por um dos princípios basilares da formação das Licenciaturas em Educação do Campo: o processo de consolidação da auto-organização dos sujeitos do campo, a fim de darem sequência às lutas propostas pelo Movimento Nacional de Educação do Campo. Também nessa direção, pontuando a urgente necessidade da auto-organização dos (as) estudantes e dos (as) profissionais formados (as) por essas licenciaturas para enfrentarem essa contradição, o artigo da UFSC afirma que, no âmbito do “aprofundamento das discussões sobre a titulação e a inserção no trabalho docente, pontuamos a relevância da organização coletiva dos (as) egressos (as) por meio dos movimentos de luta da Educação do Campo, elementos necessários para o horizonte de atuação para a transformação das escolas”.

Apesar desse crucial desafio ainda a ser superado, consideramos importantíssimo evidenciar que as pesquisas sobre os (as) egressos (as) não focaram somente na análise de sua inserção nos espaços escolares no âmbito da docência, mas, coerentes com o próprio perfil formativo proposto pelo curso, as análises em tela geraram e trouxeram ampla e diversificada gama de informações sobre como vem ocorrendo o seu ingresso em outros espaços profissionais nos respectivos territórios rurais de origem.

As pesquisas aqui analisadas desvelam contribuição nuclear das Licenciaturas em Educação do Campo à construção do projeto territorial camponês: a garantia da chegada da preciosa diversidade de sujeitos camponeses a essas licenciaturas tem como corolário o reconhecimento da diversidade territorial de onde advêm, das diferentes formas de produção material da vida e das lutas que esses sujeitos coletivos protagonizam em cada um desses territórios, ampliando significativamente a produção do conhecimento a partir do protagonismo desses (as) estudantes e licenciados (as). Essas lutas são trazidas à Universidade, e a Universidade também chega até elas, movida pela própria dinâmica decorrente da Alternância entre Tempo Comunidade e Tempo Universidade. Nesse âmbito, as pesquisas sobre os (as) egressos (as) confirmam um dos grandes acertos dessas licenciaturas propostos por seu projeto político pedagógico: considerar indissociáveis as questões entre Terra-Luta-Trabalho-Educação-Território-Cultura-Identidade.

Os (as) licenciados (as), outrora estudantes das Licenciaturas em Educação do Campo, trouxeram consigo vasta bagagem cultural associada às diferentes tradições que esses coletivos foram construindo e vivenciando nos processos de resistência em suas terras e

territórios, tradições que dialogaram com os conhecimentos acadêmicos. As pesquisas demonstraram que o resultado do diálogo entre esses diferentes saberes foi ainda mais valorizado e ressignificado após tais processos, sendo trazido com força em suas práticas de inserção socioprofissional atual.

Há licenciados (as) inserindo-se profissionalmente em diferentes espaços de gestão educativa, não só escolares, onde têm feito uma enorme diferença, garantindo, de fato, uma gestão democrática participativa, como mostra o artigo da UnB, mas também em atividades de gestão educativa comunitária, como em associações e cooperativas, em sindicatos (de trabalhadores rurais e de professores), etc.

Como afirma o texto da UFGRS, “egressas e egressos entrevistados, após o curso, ressignificaram suas formas de ler e intervir em seus territórios”, o que é também expresso no texto da UFPA, ao analisar a sua prática: “um senso de auto-responsabilização é acionado quando se reportam ao seu papel na condução e continuidade das lutas pelo que julgam 'desenvolvimento' de sua localidade, de sua comunidade. A aplicação do conhecimento formal direcionado à ação coletiva seria o dispositivo de atualização dos laços" com seus respectivos territórios.

Desse modo, são positivos e reveladores os achados das pesquisas sobre a atuação de egressos (as) no território do Cariri paraibano, no Vale do Jequitinhonha, bem como na região do Xingu e Transamazônica, entre outros. Nos territórios analisados em que há um número maior de licenciados (as) em Educação do Campo e uma recorrência de sujeitos formados atuando em várias frentes, vão-se constituindo importantes redes de luta e resistência, produzindo sinergias para o enfrentamento coletivo das grandes barreiras a serem derrubadas para continuarem a garantir a sua reprodução material no campo, nas florestas e nas águas.

Como bem pontua a pesquisa sobre a atuação dos egressos na Transamazônica, as Licenciaturas em Educação do Campo têm contribuído para "a emergência de mediadores, alguns advindos da posição de lideranças locais, outros assumindo esse lugar de intermediar demandas, recursos, etc.; em ambos os casos, é possível que estejam construindo instâncias locais de poder, criando espaços de inclusão política”. Esses espaços têm sido construídos através de um perceptível e significativo aumento de seu protagonismo em diferentes âmbitos de atuação. A esse respeito, o trabalho sobre os licenciados (as) da UFMG que atuam no Vale do Jequitinhonha revela:

Como resultado da pesquisa, constatou-se diversidade de cargos, práticas e instituições ocupadas pelos egressos, o que subsidiou a criação de um mapa indicando e qualificando a espacialização e territorialização da luta pela terra a partir da atuação socioprofissional dos egressos em Minas Gerais.

Há grande ênfase dos textos na centralidade da vinculação dos processos de formação desenvolvidos nas Licenciaturas em Educação do Campo com o trabalho e atuação desses (as) profissionais em seus territórios. Convém destacar que há uma significativa colocação socioprofissional deles (as) em quase todos os cursos pesquisados, com exceção de duas situações de maior gravidade, onde há porcentagens muito baixas de formados (as), conseqüentemente, de seu ingresso nas redes públicas e nos demais tipos de trabalhos educacionais. Porém, mesmo em tais casos de menor ingresso profissional nas redes, “os egressos revelam que o curso proporcionou contribuições importantes à formação pessoal, uma vez que muitos hoje têm outra visão da Educação do Campo”, tal qual afirma o texto da UFT.

Ainda nesse caminho, mesmo expondo os diversificados problemas a serem encarados para a integração profissional desses (as) licenciados (as) nas escolas, os textos da UFG e da UFCAT afirmam que “há um consenso de que a formação em ambas as universidades foi capaz de promover uma formação pautada na conscientização do papel destes alunos em suas comunidades, sendo agentes de mudança” com importante atuação nelas.

A inserção comunitária constatada em quase todos os trabalhos merece ser salientada, pois, segundo já afirmamos anteriormente, integra o perfil projetado para os (as) licenciados (as) do curso no que diz respeito à ênfase dada no PPP à habilitação para a Gestão de Processos Educativos Comunitários, que significa, conforme a matriz original das LEdoCs, a "preparação específica para o trabalho pedagógico com as famílias e/ou grupos sociais de origem dos estudantes, para liderança de equipes para a implementação de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável” (Caldart, 2011, p. 99).

Portanto, é relevante o fato de as pesquisas sobre os (as) egressos (as) apontarem seu significativo envolvimento na vida comunitária e, conforme descrito nas pesquisas, tal integração tem-se dado numa perspectiva transformadora, buscando exercer seu protagonismo no contexto de lutas e posicionamentos políticos críticos que atuam no sentido de lutar pelo fortalecimento da identidade camponesa e da elevação dos níveis de consciência em relação à própria realidade. Nesse caminho, é exemplar o fragmento do artigo da UFRGS trazendo várias falas dos sujeitos entrevistados (as) sobre a importância da formação recebida no curso, concluindo que, a partir dos dados da pesquisa feita com esses sujeitos,

... podemos compreender o quanto o ingresso na LEDOC muda a perspectiva de futuro não só do estudante que acessa a Universidade, mas de toda a comunidade onde este está inserido: 'A minha relação profissional com o campo aconteceu

quando eu ingressei no vestibular de Educação do Campo, que eu não sabia que era possível trabalhar o que eu aprendi com meu avô, com meu pai, com a minha mãe, que podia abordar esses temas e conversar sobre, dentro de uma universidade' (Caturrita). Este reconhecimento dos saberes próprios do território como algo importante e necessário à formação acadêmica é algo que vem sendo destacado pelas pesquisas como fundamental ao diálogo entre conhecimentos tradicionais e científicos.

A isso soma-se um fator bastante relevante encontrado em vários textos, que diz respeito à ampliação dos espaços da juventude camponesa formada em Educação do Campo. São significativas as reflexões trazidas em diversos artigos deste Dossiê sobre o fato de os cursos estarem se constituindo em expressivo caminho para a juventude camponesa, o que tem contribuído para o processo de territorialização e espacialização da Educação do Campo em alguns territórios.

Nesse sentido, distingue-se a pesquisa sobre os (as) egressos (as) do Vale do Jequitinhonha, que constrói um mapa esclarecedor indicando a temporalidade e quantidade de docentes oriundos (as) da licenciatura no respectivo território, que tem 38% de sua população na área rural, de um total de 698.413 pessoas, o que tem grande relevância de estudo para a Educação do Campo, não somente pelo peso e importância no estado de Minas Gerais. De acordo com o referido trabalho, a LECampo (sigla usada pela UFMG para o curso) formou 144 docentes em Educação do Campo de 2005 a 2011, dos quais 26 são originários do Vale do Jequitinhonha.

Como constata a pesquisa citada,

É possível perceber a concentração de diferentes sujeitos de um mesmo município no LECampo UFMG. Ao longo dos anos, o curso significou um caminho possível para a juventude do campo. Tomemos como exemplo o município de Jordânia, que tem egressos das turmas de 2005, 2008, 2010 e 2011, observando-se algo parecido também com Almenara, Itaobim e Turmalina.

O fato de a Licenciatura em Educação do Campo representar um possível caminho para a juventude é um imenso potencial a ser explorado pelo Movimento Nacional de Educação do Campo, visto que pode e deve integrar as lutas contra o fechamento das escolas e pela abertura de centenas de outras, no sentido de buscarmos a promoção de um efetivo desenvolvimento da produção agroecológica e da soberania alimentar através da realização da Reforma Agrária Popular. Trata-se de uma luta que é um caminho para reverter um histórico processo de fechamento de portas no meio rural para a juventude camponesa, em função da absurda concentração fundiária e constante violência e expulsão de suas famílias do campo.

Das investigações trazidas a este Dossiê, ressalta-se ainda outra marca de grande diferencial do Projeto Político Pedagógico dessa modalidade de licenciatura: os cursos vêm materializando uma determinada concepção de formação docente na qual a pesquisa tem papel preponderante, buscando-se, através dela, dotar os educadores de autonomia intelectual, propiciando sua formação como sujeitos de práxis.

Um dado excepcionalmente positivo da importância da pesquisa na matriz formativa das Licenciaturas em Educação do Campo diz respeito ao valor dado à produção do conhecimento nos cursos a partir do protagonismo dos (as) próprios (as) estudantes dessas graduações, agora pesquisados como ex-alunos (as). Há outra recorrência positiva nos trabalhos em relação às informações geradas sobre o número de egressos (as) que seguem estudando em diversos tipos de formação continuada. Dessa forma, são exemplares os dados encontrados no artigo que analisou simultaneamente as quatro licenciaturas da UFPI. O artigo relata o efetivo ingresso de seus licenciados em Programas de Pós-Graduação em diferentes áreas de conhecimento da própria UFPI, como também em IESs de outras unidades federativas, como UnB, UFPB e UECE.

Entre as muitas superações a construirmos, destacamos uma que nos parece significativa e que emerge em diferentes artigos, mas é tratada com ênfase maior na pesquisa sobre os (as) docentes formados (as) na UFBA. Esse ponto está relacionado com o enorme desafio que temos para seguir consolidando o Projeto Político Pedagógico dos cursos, que diz respeito à própria formação dos formadores (as) das universidades públicas que neles atuam. É imprescindível avançarmos na formação política desses (as) formadores (as), visto que isso tem-se revelado um grande entrave à materialização do PPP do curso (Molina & Martins, 2019). Nesta direção, há grande ênfase exposta nos dados analisados na pesquisa da UFBA, que nos indaga: “É possível formar indivíduos para se tornarem sujeitos das lutas de classes dentro de concepções que sequer aceitam a existência da luta de classes?”.

Ao grande desafio de seguirmos com a formação de nossos (as) formadores (as) nas Licenciaturas em Educação do Campo, soma-se a urgente necessidade de que construamos juntos fortes barreiras de resistência aos imensos ataques das forças privatistas e neoliberais que têm avançado rapidamente sobre a educação pública, buscando tirar os fundos públicos que a sustentam para minimizar os prejuízos que enfrentam decorrentes da crise estrutural do capital.

Desse modo, há uma crescente tensão para retirar a educação do âmbito dos deveres do Estado e colocá-la na esfera do mercado. Décadas de luta da classe trabalhadora pelo

direito à educação veem-se seriamente ameaçadas pelos interesses empresariais (Freitas, 2020) que atuam com força nas ações políticas, buscando reconfigurar o papel do Estado, diminuindo seu escopo de atuação e ampliando a abrangência do mercado.

Conforme destaca Freitas (2021), essa não é uma tendência nova, já está em curso há algum tempo, mas os experimentos feitos durante a pandemia na área educacional, com o ensino remoto e a forte tendência de sua continuidade e ampliação no período pós-pandemia, tornam ainda mais graves os cenários para a classe trabalhadora. Exigem dela uma ampliada capacidade de ação e articulação para enfrentar as lutas que estão no horizonte bastante sombrio no que diz respeito ao direito à educação.

Precisamos ainda estar atentos aos enormes desafios que enfrentaremos no retorno das Licenciaturas em Educação do Campo no período pós-pandemia, promovendo estudos e ações coletivas que nos permitam agir sobre as contradições de tal período, engendrando as estratégias mais adequadas para sua superação, objetivando minimizar os incontáveis prejuízos que as desigualdades socioeconômicas e estruturais do campo impuseram aos camponeses durante a mais grave crise sanitária enfrentada neste país.

Mesmo com resultados expressivos, o Projeto Político Pedagógico das licenciaturas enfrenta atualmente ameaças de diferentes ordens, sendo uma das maiores a mudança nos marcos legais da política de formação docente no país. Embora excepcionalmente promissor, todo esse processo está ameaçado pelo acelerado avanço das forças privatistas contra a educação pública, em razão do desmonte da educação superior e de sua transformação em educação à distância, além das rápidas mudanças nos marcos legais da formação docente, como a abrupta revogação da Resolução CNE/CP nº 2/2015 e sua substituição pela Resolução CNE/CP nº 2/2019, trazendo um imenso retrocesso às políticas de formação docente (Bazzo & Schaiibe, 2019; Silva *et al.*, 2020). Outra grave ameaça à consolidação dos princípios que podem materializar a Escola do Campo, para qual construção vem sendo formados os ledoquianos, parte da Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, que precisamos também enfrentar, pois representa um profundo ataque à concepção da gestão democrática.

Se os desafios são grandes, maior ainda é nossa força coletiva com o precioso patrimônio político pedagógico construído pela Educação do Campo nesses últimos 22 anos. Como nos lembra a canção de Milton Nascimento: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será ...”. Temos uma imensa força e potencialidade, e vamos seguir lutando juntos, resistindo e construindo um país livre, soberano e justo. Nele a Educação do Campo e a formação dos

educadores e educadoras do campo têm tarefas imprescindíveis a cumprir, transformando as Escolas do Campo em sementeiras de mudanças, ajudando a avançar na construção do projeto territorial camponês com justiça social, agroecologia e soberania alimentar. Avancemos, pois, em direção ao futuro que já estamos a construir.

Por fim, queremos expressar nossos sinceros agradecimentos aos pesquisadores e pesquisadoras que se têm desafiado a registrar esta história tão significativa à luta da classe trabalhadora e que oferecem, com a apresentação dos resultados de suas pesquisas para este Dossiê, importante contribuição não só à produção do conhecimento científico no âmbito da política educacional, mas também à memória e história de nossas lutas e conquistas. Agradecemos à Equipe da Revista Brasileira de Educação do Campo, especialmente ao Editor Gustavo Cunha de Araújo, por sua enorme atenção e disponibilidade em todas as diversas etapas de organização deste trabalho.

Excelente leitura a todos!

Referências

Aires, H. Q. P., & Bezerra Neto, L. (2021). Perspectivas dos egressos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Campus Arraias/Tocantins. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12819. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12819>.

Ângelo, A. A., & Kruppa, S. M. P. (2021). Egressas da Licenciatura em Educação do Campo: caminhos na mudança da forma escolar. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12756. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12756>.

Anjos, H. P., & Cordeiro, D. R. (2021). Professoras de Educação do Campo e resistência: as brechas no *habitus* docente. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12921. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12921>.

Bazzo, V., & Scheibe, L. (2019). De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente. *Retratos da Escola*, 13(27), 669-684. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.1038>.

Caldart, R. S. (2011). Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In Molina, M. C., & Sá, L. M. (Orgs.). *Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto* (pp. 99-122). Belo Horizonte: Autêntica. Recuperado de <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/1033.pdf>.

Carmo, N. C. C., & Martins, M. F. A. (2021). Mapeando a Educação do Campo em Minas Gerais: quem são e onde estão os egressos do LeCampo UFMG naturais do Vale do Jequitinhonha. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12931. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12931>.

Dalmolin, A. M. T., Hoffmann, M. B., & Schirmer, S. B. (2021). O voo dos pássaros egressos da Licenciatura em Educação do Campo da UFRGS: desafios e possibilidades na formação de professores de Ciências da Natureza. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e13322. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13322>.

Ferreira, M. J. L., Silva, L. B., & Freitas, G. M. C. (2021). Licenciatura em Educação do Campo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB): arte e reflexões sobre o trabalho pedagógico de egressos (as). *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12970. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12970>.

Freitas, L. C. (2010). A Escola Única do Trabalho: explorando os caminhos de sua construção. In Caldart, R. S. (Org.). *Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo* (Vol. 1) (pp. 155-175). São Paulo: Expressão Popular.

Freitas, L. C. (2020). Prefácio. In Uchoa, A. M. C., Lima, A. M., & Sena, I. P. F. S. (Orgs.). *Reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública?* (Diálogos críticos, Vol. 2) (pp. 9-10). Recuperado de https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_b5a8740a4b0a4ae0a58087199eefbc6a.pdf.

Frigotto, G. (2008). A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Ideação - Rev. Unioeste*, 10(1), 41-62. Recuperado de <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188>.

Frigotto, G. (2020). A educação e o avanço da nova (ou extrema?) direita no Brasil [Entrevista cedida a J. F. Hermida e J. Lira]. *Roteiro*, 45. Recuperado de <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23215/14306>.

Gonçalves, M. C., Medeiros, L. B., & Dias, E. F. S. (2021). Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Piauí e a utopia que ajuda a caminhar. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12974. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12974>.

Janata, N. E., Corrêa, A. J., & Stefanos, K. T. (2021). Desafios da inserção dos egressos e egressas da Licenciatura em Educação do Campo no trabalho docente. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12969. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12969>.

Meneses, A. S., & Gomes, R. A. (2021). Deslocamentos sociais provocados pelo ensino superior: as ações e percepções de mediadores formados no curso Educação do Campo da Transamazônica e Xingu. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12939. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12939>.

Molina, M. C. (2015). Expansão das Licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. *Educar em Revista*, 55, 145-166. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/er/a/qQMpZkcTFxbFDk59QJKpWmG/?format=pdf&lang=pt>.

Molina, M. C. (2019). Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. *Educação & Sociedade*, 38(140), 587-609. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/es/a/57t84SXdXkYfrCqhP6ZPNfh/?format=pdf&lang=pt>.

Molina, M. C., & Hage, S. (2019). *Licenciaturas em Educação no Campo: resultados da pesquisa sobre os riscos e potencialidades de sua expansão (2013-2017)*. Florianópolis: LANTEC /CED/UFSC.

Molina, M. C., & Martins, M. F. (2019). *Formação de Formadores: reflexões sobre as experiências das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil*. 1ª. Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Coleção Caminhos da Educação do Campo, v.9).

Molina, M. C., Pereira, M. F. R., & Brito, M. M. B. (2021). A práxis de egressos (os) da LEdoC UnB na gestão das escolas do campo: caminhos para resistência à Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12965. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12965>.

Paula, H. V. C., & Castro, A. G. (2021). A Licenciatura em Educação do Campo no estado de Goiás: olhares dos egressos sobre os múltiplos aprendizados na formação do educador do campo na UFG e UFCat. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e9057. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12971>.

Santos, J. B. (2021). A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12940. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12940>.

Sarmiento, C. S., & Lopes, S. L. (2021). O processo formativo: história, memória e trajetória de egressos/as do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima (LEDUCARR/UFRR). *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e13004. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13004>.

Silva, H. S. A., Anjos, M. P., Molina, M. C., & Haje, S. A. M. (2020). Formação de professores do campo frente às “novas/velhas” políticas implementadas no Brasil: r-existência em debate. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, 1-22, e4562146. Recuperado de <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4562/1067>.

Silva, M. S., & Alves, M. S. (2021). A contribuição da Licenciatura em Educação do Campo UFCG para a formação docente e a prática pedagógica das escolas no Cariri paraibano: concepção dos egressos. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12973. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12973>.

Sousa, B. S., Augusto, S. O., Barbosa, J. S., Souza, E. N., & Santos, F. M. (2021). A organicidade dos egressos (as) da Licenciatura em Educação do Campo: uma construção em percurso. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12966. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12966>.

Informação do Editorial / Editorial Information

Recebido em: 05/11/2021
Aprovado em: 10/11/2021
Publicado em: 13/11/2021

Received on November 05th, 2021
Accepted on November 10th, 2021
Published on November, 13th, 2021

Conflitos de Interesses: A autora declarou não existir conflitos de interesses a respeito deste Editorial.

Conflict of Interest: None reported.

Como citar este Editorial / How to cite this Editorial

APA

Molina, M. C. (2021). Molina, M. C. (2021). Resultados de pesquisas sobre os (as) Egressos (as) das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e13419. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13419>

ABNT

MOLINA, M C. Resultados de pesquisas sobre os (as) Egressos (as) das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e13419, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13419>